

Subsecretaria de Estrangeiros
Divisão de Permanência de Estrangeiros

DESPACHOS DO DIRETOR

Permanências Definitivas Deferidas

PROCESSO Nº 08390-001.448/88- FERNANDO MUNO MOURA PEREIRA
PROCESSO Nº 08506-001.954/88- SILVANO GATTI
PROCESSO Nº 08506-002.309/88- SUZANNE JUDITH PANICO
PROCESSO Nº 08280-002.088/89/85- RICHARD WILLIAM SCHMIDT E BARBARA JANE SCHMIDT
PROCESSO Nº 08362-000.013/89- JIMMY DARRELL SHAW, RHONDA GALE SHAW, SHELLY DENISE SHAW, STACY RENEE SHAW E STEPHEN JARED SHAW
PROCESSO Nº 08390-002.212/89/00- KRSTYNA NANIAT
PROCESSO Nº 08460-011.113/89/01- YAEKO HIROSE
PROCESSO Nº 08475-002.185/89/63- MARTIN ALLEN NELSON E BARBARA LOUISE NELSON
PROCESSO Nº 08505-030.629/89/10- REX DELKER, ANGELIKA BRIGITTE DELKER, SEBASTIAN DELKER, ANDREAS DELKER E FLORIAN DELKER
PROCESSO Nº 08506-001.642/89/42- ELIZABETH MARTHA SPELLMAN E STEVEN WAYNE SPELLMAN
PROCESSO Nº 08506-001.647/89/66- JAIME ABADIE JACOBS CANDIA
PROCESSO Nº 08506-001.658/89/82- MARGARITA ALEJANDRA MENESES LAZCANO
PROCESSO Nº 08508-000.542/89/89- HORACIO LUIS SAENZ
PROCESSO Nº 08520-001.603/89/30- PATRICK DOMINIQUE WHITEHEAD

Prorrogações de Prazo de Estad. no País Deferidas

PROCESSO Nº 8460-01.567/88 - FREDDY RODRIGUEZ GARCIA, até 06/03/91
PROCESSO Nº 8280-04.872/89-82 - ERWIN MENCHACA MENA, até 23/11/90
PROCESSO Nº 8295-03.684/89-87 - ISRAEL HUGO CENTURION GALLAGHER, até 13/12/90
PROCESSO Nº 8354-02.044/89-07 - ERNESTO ENRIQUE ARRIETA MAZA, até 30/11/90
PROCESSO Nº 8360-02.667/89-74 - JAMES GERARD BROSNAN, até 10/05/90
PROCESSO Nº 8360-06.914/89-93 - ANDREAS MOOSHEER, JUTTA MOOSHEER EISEN BARTH E JONAS ANDRE MOOSHEER, até 13/02/91
PROCESSO Nº 8377-00 088/89-62 - MARIA ROSA OSORIO RODRIGUEZ, até 29/09/90
PROCESSO Nº 8390-02.625/89-21 - RONALD ERNESTO ROJAS ARACENA, até 15/01/91
PROCESSO Nº 8390-02.639/89-36 - DAVID ALEJANDRO PLAZA CORAL, até 09/01/91
PROCESSO Nº 8390-02.648/89-27 - ROSA MARIA MORA RIZZO, até 09/02/91
PROCESSO Nº 8390-02.650/89-79 - ALCIRA MARGARITA BELLO GUERRERO, até 09/01/91
PROCESSO Nº 8390-02.652/89-02 - MAURICIO ENRIQUE MAUREIRA GATICA, até 03/02/91
PROCESSO Nº 8444-01.043/89-28 - LUIZ ADRIANA MUÑOZ GARCÉS, até 30/06/90
PROCESSO Nº 8460-10.681/89-41 - LAURA JEAN LOPEZ, até 03/10/91
PROCESSO Nº 8505-10.439/89-84 - EDWARD ERIC TELES, até 05/01/91
PROCESSO Nº 8000-02.181/90 - KAZUO TODA, SACHIKO TODA, HIDEYOSU TODA E TODA, até 22/03/92
PROCESSO Nº 8000-02.507/90 - GUNTER NEUNZIGER E RUTH ANNE LIESE NEUNZIGER, até 03/03/92
PROCESSO Nº 8000-02.516/90 - DOUGLAS WRIGHT CHRISTENSEN, até 21/03/91
PROCESSO Nº 8000-02.518/90 - DENNIS MICHAEL DALLING, até 20/03/91
PROCESSO Nº 8000-02.519/90 - JAMES BURNETT PETERSON, até 21/03/91
PROCESSO Nº 8000-02.520/90 - BART TRAVIS GARDNER, até 21/03/91
PROCESSO Nº 8000-02.521/90 - TRACY LOUISE SHAW, até 20/03/91
PROCESSO Nº 8000-02.517/90 - DOUGLAS JAMES FLETCHER, até 21/03/91
PROCESSO Nº 8508-000033/90-07 - WALTER JUAN CABRERA PEREIRA, até 20/01/91
PROCESSO Nº 8000-12.524/89 79 - MOHAMMED MAZHAR LATEEF, ANNIE LATEEF, ALI SHAHZAD LATEEF E SHABAN LATEEF, até 10/11/91
PROCESSO Nº 8400-06.406/89 28 - JAVIER ARTURO BIZAMA GAJARDO, até 20/12/91
PROCESSO Nº 8420-02.948/89 57 - MARIA MARCELINA MONTEIRO BARBOSA, até 12/11/90
PROCESSO Nº 8435-000683/89 93 - CHANTAL JEANNE MARIE DENIAUD, até 31/05/90
PROCESSO Nº 8490-03.948/89 96 - SANDRA CECILIA CRUZALEGUI MIASTA, até 16/12/90
PROCESSO Nº 8504-02.961/89 40 - RICARDO MANUEL MORALES, até 11/02/91
PROCESSO Nº 8505-29.526/89 80 - MIGUEL BUENDIA GOMES, até 15/03/91 e SA RA AMBASSE IZIDINE BUENDIA, até 30/11/90
PROCESSO Nº 8506-01.582/89 12 - RUBEN MARCO NAZZETTA, até 22/01/91
PROCESSO Nº 8506-01.650/89 71 - FABIO ENRIQUE FAJARDO TOLOSA, até 29/01/91

BOLIVAR STEINMETZ

RETIFICAÇÃO

Diário Oficial da União, Seção I, página nº 1.720, de 24 de janeiro de 1990,

ONDE SE LE:

PROCESSO Nº 8460-12.763/89 - LUCIO MANUEL DOS SANTOS ROEIRO
PROCESSO Nº 8460-12.768/89 - CARLOS JOSE CORRIENTES DA SILVA

LEIA-SE:

PROCESSO Nº 8460-12.763/89-84 - LUCIO MANUEL DOS SANTOS ROEIRO
PROCESSO Nº 8460-12.768/89-06 - CARLOS JOSE CORRIENTES DA SILVA
(Of. nº 36/90)

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 172ª REUNIÃO ORDINÁRIA (20.11.89) MANHÃ

As 10:00 do dia vinte de novembro de 1989, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, em Brasília - DF, no Edifício-Sede do Ministério da Justiça, Sala 304, sob a Presidência do Doutor JOÃO BENEDITO DE AZEVEDO MARQUES. Conselheiros presentes: EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, HERMILTO ALBERTO MARQUES PORTO, HUGO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY, JACSON SOARES ALBERGARIA, LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY, LUIZ CHIMIN GUIMARÃES, MARIA CLÁUDIA DE SOUSA POG. DESSEI, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, MILZARD CORNELIO LER, e RUY DA COSTA ANTONES. M. A. GARCIA, justificando: Conselheiro DEMOSTO EVANGELISTA DE JESUS, convidado: Doutor CARLOS ALBERTO MANES, representando o Secretário de Justiça e Segurança Pública do Ministério da Justiça. I - 170ª e 171ª Atas: aprovadas com a emenda proposta pelo Conselheiro LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY. II - Comunicações: Pelo Sr. Presidente foram comunicados os seguintes assuntos: a) realização das reuniões do Conselho em Curitiba, por ocasião do Encontro Nacional de Procuradores de Justiça, previsto para os primeiros dias do mês de março de 1990; b) Visita do Presidente do CONTRAN/JD Dr. ROBERTO SILVA VADOR SCARINELLA, e do Diretor-Geral do DENATRAN/JD Dr. NIVAL PEREIRA BRAGA FILHO, ao CNPCP, na sessão vespertina desta data, com a finalidade de tratar de assunto pertinente às implicações criminais no trânsito; c) notícias sobre o andamento dos projetos de lei sobre Prisão Temporária e Crimes Hediondos. III - Processos aprovados: a) Relator: Conselheiro JACSON SOARES ALBERGARIA - 19) PROCESSOS-85-Nº 08000.011878/89 - 04 - Assunto: Estudo para elaboração de Quadro de Pessoal do Estabelecimento Penitenciário Federal - tendo em vista que o Parecer e o Anteprojeto foram relatados na Sessão anterior que se realizou em Belo Horizonte ficando a sua discussão para esta Sessão; transcreve-se abaixo o teor do anteprojeto em referência: "Título I - Do Pessoal de Estabelecimento Penitenciário Federal - Capítulo 1 - Disposições Gerais. Art. 1º - O Quadro de Pessoal Penitenciário será organizado em diferentes categorias funcionais, segundo as necessidades do serviço, com especificações de atribuições relativas às funções de direção e demais funções do estabelecimento. Art. 2º - A escolha do pessoal administrativo, pessoal especializado, de instrução técnica e de vigilância atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato. Parágrafo 1º - O ingresso do pessoal penitenciário, bem como a progressão e ascensão funcional dependem de uma especificação de formação contínua, procedendo-se à reavaliação periódica dos servidores em exercício. Parágrafo 2º - No estabelecimento penal a escolha para o trabalho de pessoa de sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado. Art. 3º - O ocupante do cargo de diretor de estabelecimento deverá satisfazer os seguintes requisitos: 1 - ser portador de diploma de nível superior de Direito, Medicina, Psicologia, Pedagogia ou Ciências Sociais; 2 - possuir experiência administrativa na área; 3 - ter idoneidade moral e não conhecida aptidão para o desempenho da função. Parágrafo Único - O diretor deverá residir no estabelecimento ou nas proximidades, e dedicar tempo integral à sua função. Art. 4º - É aplicável ao pessoal penitenciário no que couber, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Art. 5º - É proibida a prestação de serviços gratuitos, ressalvada a participação em comissão ou grupo de trabalho, para estudo e elaboração de projetos de interesse comunitário e nacional. Capítulo II - Do Concurso de Pessoal. Art. 6º - São requisitos básicos para participação de concurso público do pessoal penitenciário: 1 - ser brasileiro; 2 - ter no mínimo 21 anos e no máximo 35 anos de idade até a data da inscrição; 3 - estar quite com as obrigações eleitorais e militares; 4 - estar em gozo dos direitos políticos; 5 - possuir grau de escolaridade: a) ser portador de diploma de nível superior, para o pessoal especializado, segundo a respectiva especialidade e de direção nos termos do art. 3º; b) curso de segundo grau ou ensino médio para o pessoal administrativo, de instrução e de instrução técnica. Parágrafo Único - Os candidatos antes da prova oral, deverão ser submetidos a um exame médico-psicológico para os fins do art. 7º da L.F.P. Art. 7º - Os concursos públicos realizados pela administração penitenciária terão validade máxima de dois anos. Art. 8º - As matérias para exame do concurso serão indicadas pelo núcleo Orgânico de Seleção Penitenciária Nacional, que elaborará o regulamento do concurso ou suas instruções. Parágrafo Único - O concurso poderá realizar-se no Núcleo Organizador da Escola Penitenciária. Art. 9º - Os candidatos aprovados serão considerados alunos do Núcleo Organizador da Escola Penitenciária Nacional, com frequência obrigatória no respectivo curso, cumprindo esta obrigação pelo diretor em estabelecimento penitenciário. Art. 10 - O estágio será realizado em estabelecimento onde for servir e compreenderá os serviços relativos à categoria funcional do aluno, sob a orientação do diretor, que avaliará o desempenho do servidor. Art. 11 - Julgava suficiente a aptidão para o cargo; o aluno será nomeado para a classe inicial da carreira. Art. 12 - No fim do curso, os alunos serão submetidos a exame, e os aprovados serão promovidos. Parágrafo Único - Durante o curso o aluno receberá, a título de bolsa de estudo, remuneração igual ao vencimento do cargo da classe inicial. Art. 13 - Em cada classe de carreira haverá cursos obrigatórios de atualização, o que valerá como requisito para progressão funcional. Art. 14 - O pessoal de instrução técnica será admitido segundo legislação pertinente, atendidos os requisitos do exame psicotécnico, bem como estágio de 3 meses. Título II - Das Funções do Pessoal Penitenciário - Capítulo 1 - Do Pessoal de Direção. Art. 15 - Compete ao pessoal da direção: 1 - dirigir, orientar e coordenar os serviços do pessoal administrativo, pessoal especializado, pessoal de segurança e instrução pessoal. 2 - competir especialmente ao diretor do estabelecimento: a) representar o estabelecimento; b) presidir a comissão técnica de classificação; c) distribuir o pessoal pelos diferentes serviços; d) expedir instruções e ordens de serviço; e) exercer o poder disciplinar relativamente aos funcionários; f) aplicar com a C.T.C. medidas disciplinares aos reclusos. Parágrafo Único - Compete ao Sub-diretor: 1) Substituir o diretor nas suas ausências e impedimentos; 2) presidir ao centro de observação; 3) presidir a equipe interdisciplinar de tratamento; 4) exercer, sob a autoridade de do Juiz da execução penal, o serviço técnico e administrativo da Comissão Técnica de Classificação junto ao Juiz da Execução Penal (parágrafo único do Art. 79 da LEP). Capítulo II - Do Pessoal Administrativo. Art. 16 - Ao pessoal administrativo compete realizar os serviços administrativos e financeiros do estabelecimento penitenciário. Art. 17 - Ao pessoal de vigilância compete assegurar a CUSTÓDIA dos presos, manter a ordem e a disciplina do estabelecimento, e participar das atividades de tratamento reeducativo do condenado e do internado. Capítulo III - Do Pessoal Especializado. Art. 18 - Compete, ao pessoal especializado, que constituirá as equipes interdisciplinares de observação e tratamento, realizar o exame criminológico do condenado e do internado, acompanhar o processo de reinserção social, colaborar na sua preparação para integração social e assegurar o controle da semelhança e da assistência pós-penal. Art. 19 - Ao pessoal de instrução técnica cabe ministrar o ensino profissional, técnico e prático do condenado e do internado. Título III - Disposições Finais. Art. 20 - O Art. 39 se não aplicado, atendendo às peculiaridades do regime jurídico do pessoal penitenciário, quanto a direitos e vantagens, previdência e assistência social, e regime disciplinar. Art. 21 - Para o recrutamento do pessoal especializado, ter-se-ão em conta os critérios quantitativos e provas de aptidão pessoal. Art. 22 - Os diretores do estabelecimento poderão ser recrutados entre membros do pessoal penitenciário, que se distinguiram na